

AKIRA PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

AKIRA PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração do fluxo de caixa – método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Sócios e Administradores da
Akira Participações S.A.
São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Akira Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Akira Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria de saldos comparativos

A Empresa foi constituída em 19 de julho de 2023 e iniciou suas atividades financeiras apenas em janeiro de 2025, portanto, estas são as primeiras demonstrações contábeis dela. Por esta razão, as demonstrações contábeis não são comparativas.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de junho de 2026.

AKIRA PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em Reais)

Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
	Nota explicativa	2025		Nota explicativa	2025
Ativo circulante			Passivo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.000	Fornecedores	4	352
Aplicações Financeiras	3	4			352
		5.004			
			Passivo não circulante		
			Provisão para perda com investimento	5	2.662.755
			Outros passivos		7.051
					2.669.806
			Patrimônio líquido à descoberto		
			Capital social	6	5.000
			Prejuízo acumulado		(2.670.154)
					(2.665.154)
Total do ativo		5.004	Total do passivo e patrimônio líquido à descoberto		5.004
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.					

AKIRA PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em Reais)

	Nota explicativa	2025
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	7	(6.554)
		(6.554)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro e impostos		(6.554)
Resultado financeiro líquido		
Receitas financeiras		0
Despesas financeiras		(845)
		(845)
Resultado de equivalência patrimonial	7	(2.662.755)
		(2.662.755)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(2.670.154)
Prejuízo do exercício		(2.670.154)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AKIRA PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em Reais)

	2025
Prejuízo do exercício	(2.670.154)
Outros resultado abrangente	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	(2.670.154)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AKIRA PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido à
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores		
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (não auditado)	-	-	-
Capital social	5.000	-	5.000
Prejuízo do exercício	-	(2.670.154)	(2.670.154)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.000	(2.670.154)	(2.665.154)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AKIRA PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em Reais)

	Nota explicativa	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício		(2.670.154)
Ajustes que não afetam o caixa		
Resultado de equivalência patrimonial		2.662.755
		(7.399)
Aumento dos passivos operacionais:		
Fornecedores e outras contas a pagar		352
Outros passivos		7.051
		7.403
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		4
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital		5.000
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamentos		5.000
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		5.004
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício		-
No final do exercício		5.004
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		5.004

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Akira Participações S.A com Sede no Município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, constituída em 19 de julho de 2023, tem como objeto social ser uma holding de instituições não financeiras. Embora a companhia tenha sido constituída em 2023, suas atividades operacionais tiveram início em fevereiro de 2025, motivo pelo qual não há números comparativos, uma vez que não há exercício anterior completo de operação.

1.1. Continuidade Operacional

A Empresa reconhece a existência de indicadores que, quando analisados isoladamente, poderiam gerar dúvidas quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Entretanto, considerando o estágio de desenvolvimento dos projetos e as características do segmento de geração de energia no qual está inserida, é esperado que, nos primeiros anos de implantação e construção das usinas, ocorram resultados e fluxos de caixa distintos daqueles observados na fase operacional.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de manter suas operações e concluiu que existem recursos e perspectivas de geração de caixa suficientes para assegurar sua continuidade operacional em um futuro previsível. Essa avaliação está fundamentada, principalmente, na expectativa de recebimento recorrente de dividendos e distribuições de lucros provenientes das três usinas fotovoltaicas nas quais a Companhia detém participação de 49%. Referidas usinas encontram-se em fase final de construção, com previsão de início da operação comercial no segundo semestre de 2026.

Dessa forma, a Administração entende que não há incerteza relevante que possa gerar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Assim, as presentes demonstrações contábeis foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis individuais da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Empresa adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidos pelo CPC, que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2025.

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Para atender às disposições societárias (CPC 26 (R1)), a Empresa apresentou a Demonstração do Resultado Abrangente em suas demonstrações contábeis individuais.

As demonstrações contábeis individuais da empresa foram aprovadas pela Administração em 08 de junho de 2026.

Estimativas

As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis individuais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis individuais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e da sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis individuais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.1. Moeda funcional

As demonstrações contábeis individuais são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins.

A Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.3. Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais;
- Reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, a Empresa revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Empresa concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

2.4. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) - "Demonstração dos Fluxos de Caixa", emitido pelo CPC.

2.5. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Empresa decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

2.6. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Empresa são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, em que tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

(ii) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Empresa são: caixas e equivalentes de caixa e contas a receber. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado, e empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: fornecedores e outras contas a pagar.

2.7. Normas revisadas com adoção a partir de 1 de janeiro de 2025

A Empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IAS 21: Ausência de conversibilidade (equivalente ao CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis)

Em agosto de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 21 para esclarecer como as entidades devem avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio aplicável quando a conversibilidade é temporariamente inexistente. As alterações também introduzem requisitos adicionais de divulgação, com o objetivo de permitir que os usuários das demonstrações contábeis avaliem os efeitos financeiros da ausência de conversibilidade da moeda. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Empresa.

Alterações à IFRS 10 / CPC 36 (R3): Demonstrações consolidadas

Em julho de 2024, o IASB emitiu o documento “Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11”, que incluiu alterações à IFRS 10 (Demonstrações Consolidadas), aplicáveis a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025. Essas alterações fazem parte do ciclo contínuo de melhorias anuais e têm como objetivo esclarecer aspectos específicos relacionados à avaliação de controle para fins de consolidação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Empresa.

2.8. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2025 revisadas com adoção a partir de 1 de janeiro de 2025

Até a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis, determinadas normas, alterações e interpretações haviam sido emitidas pelo IASB e convergidas pelo CPC, mas ainda não estavam vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Empresa não adotou antecipadamente essas normas e encontra-se avaliando os potenciais impactos de sua aplicação futura.

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18, que substituirá o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)), estabelecendo novos requisitos para apresentação e divulgação das demonstrações contábeis, incluindo a introdução de subtotais padronizados na demonstração do resultado e maior detalhamento sobre medidas de desempenho gerencial. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Empresa está avaliando os impactos da adoção dessa norma em suas demonstrações contábeis.

IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública de prestação de contas: divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19, que permite que determinadas subsidiárias que não possuam responsabilidade pública de prestação de contas adotem requisitos reduzidos de divulgação, mantendo o reconhecimento e a mensuração de acordo com as IFRS completas. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Empresa está avaliando a aplicabilidade e os possíveis efeitos dessa norma em suas demonstrações contábeis.

Alterações à IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40 – Instrumentos financeiros

O IASB emitiu alterações às normas IFRS 9 e IFRS 7 com o objetivo de esclarecer aspectos relacionados à classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros, incluindo disposições específicas aplicáveis a determinados instrumentos estruturados. Essas alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. A Empresa está avaliando os impactos da adoção dessas alterações em suas demonstrações contábeis.

As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

Atualmente, a Empresa está avaliando possíveis impactos da Reforma Tributária, entretanto, com a manutenção do Regime Especial de acordo com a Lei Complementar 214/2025 acreditamos que os impactos serão restritos aos parceiros de nossa cadeia operacional, sem impacto direto relevante em 2026.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em Reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo em até 90 dias a partir da data da aplicação.

Ativo	2025
Ativo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	5.000
Aplicações Financeiras (a)	4
	5.004

- a. Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB-DI, são aplicações realizadas junto a instituições financeiras de primeira linha. As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. A receita gerada por estas aplicações é registrada como receita financeira.

4. Fornecedores e outras contas a pagar

A Empresa possui um valor de R\$ 352,00 ref. a pagamento de serviços de contabilidade:

Passivo	2025
Passivo circulante	
Fornecedores	352
	352

AKIRA PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em Reais)

5. Provisão para perdas com investimentos

A Empresa possui participação societária na Enelux BH, correspondente a 49% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, havia o montante de R\$ 3.000,00 a integralizar referente a essa participação, cuja integralização está prevista para ocorrer ao longo do exercício de 2026.

	31/12/2024	Capital Social	Capital Social a Integralizar	Equivalência	31/12/2025
Enelux BH Aluguel de Infraestrutura SPE	-	3.000	(3.000)	(2.662.755)	(2.662.755)

6. Capital social

O capital social da Empresa devidamente registrado na Junta Comercial é de R\$ 5.000,00 distribuídos entre seus acionistas conforme tabela:

Passivo e patrimônio líquido	
	2025
Patrimônio líquido	
Capital social	
AKTION ENGENHARIA LTDA	151
ENELUX TECNOLOGIA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA LTDA	1.667
ADIAS.	1.440
SEMP AMAZONAS	1.742
Total	5.000

7. Despesas operacionais

	2025
Despesas operacionais	
Despesas gerais e administrativas	
Assistência contábil	(3.606)
Serviços prestados por terceiros	(390)
Serviços advocatícios	(2.558)
Resultado de equivalência Patrimonial	(2.662.755)
Total	(2.669.309)

8. Remuneração da Diretoria

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a empresa não fez nenhuma remuneração (salários e participação nos lucros) aos seus diretores.

9. Eventos subsequentes

Em 13/01/2026, ocorreu a Assembleia Geral Extra Ordinária, onde foram subscritas 2.576 (duas mil quinhentas e setenta e seis) ações ordinárias nominativas pela SEMP ENERGIA S.A, com integralização de capital realizada mediante conferência de crédito líquido, certo e exigível, no valor de R\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais), conforme laudo e documentação regularmente aprovados, detido contra a ENELUX BH ALUGUEL DE INFRAESTRUTURA SPE LTDA.